

A MODERNIDADE: O PROGRESSO E O REGRESSO NA TRÁGICA EPOPEIA DO CAPITALISMO

Modernity: progress and regress in the tragic epic of capitalism

Rodrigo Emídio Silva

Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG

rodrigo.emidio02@gmail.com

Ubirajara Pereira Silva

Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG

birovisk2009@hotmail.com

Valdir Specian

Universidade Estadual de Goiás – UEG/UnU de Iporá

valdir.specian@ueg.br

Resumo: Este artigo é o compilado de algumas metáforas do desenvolvimento que ancoram a história do capitalismo. Desenvolvimento, pós-desenvolvimento, futuro, passado, progresso e regresso compõem a semântica da modernidade instrumentalizada pelo capitalismo. O recuo do tempo cíclico, os projetos de racionalização da natureza e os adventos da técnica corroboraram para os devires desejanos do progresso. Haverá alternativa? Esta é a pergunta que norteia parte final do texto. A emergência de correntes de pensamento e de ação social, como pós-desenvolvimento e bem viver constituem o tecido argumentativo desta discussão.

Palavras-chave: modernidade; território; desenvolvimento; pós-desenvolvimento

Abstract: This article is a compilation of some development metaphors that anchor the history of capitalism. Development, post-development, future, past, progress and return make up the semantics of modernity instrumentalized by capitalism. The retreat of cyclical time, projects to rationalize nature and the advent of technology corroborated the desire for progress. Will there be an alternative? This is the question that guides the final part of the text. The emergence of currents of thought and social action, such as post-development and good living, constitute the argumentative fabric of this discussion.

Keywords: modernity; territory; development; post-development

INTRODUÇÃO

Este breve artigo flerta com imagens, discursos e narrativas que emergem das intrincadas trilhas da modernidade. Sua estrutura é um tanto desajeitada, ostenta características reminiscentes de um ornitorrinco. Ao longo de seu conteúdo, ocorre uma confusão e fusão de passagens pela literatura, filosofia, história e geografia. A proposta sintetiza uma metodologia que transita pela importância de diversos campos do conhecimento para compreender as jornadas da modernidade, ancoradas nos conceitos de desenvolvimento, progresso, utopia e pós-desenvolvimento.

A modernidade nasceu no reino das palavras, evoluiu para uma entidade palpável. Os signos consomem sua concretude, dando origem à alegoria. Sonho, tragédia, o enraizamento do capitalismo nas fibras da técnica, a configuração dos territórios e suas identidades correspondentes, bem como os movimentos de resistência ao projeto eurocêntrico da modernidade, serão os pontos nevrálgicos que guiarão a abordagem deste trabalho.

Vamos explorar as semânticas inspiradoras que permeiam o passado, o futuro, o progresso, a tradição, a ancestralidade e o bem-viver. Investigaremos como esses temas penetram na trama discursiva que envolve o capitalismo e as possíveis resistências à hegemonia do projeto moderno. Uma indagação emerge: os movimentos de (re)existência que se erguem contra o projeto moderno constituem uma verdadeira oposição ou estão inextricavelmente entrelaçados com o próprio percurso da modernidade? Os fundamentos teóricos se ancoram nas contribuições de pensadores como Edward Thompson, Marshall Berman, Manuel Castells, Istvan Mészáros, Octávio Paz e Roque Amaro.

O ÚLTIMO TOQUE: O PARRICÍDIO E A UTOPIA

A modernidade teve seu início marcado pelo toque final, logo antes da queda. No teto da Capela Sistina, a humanidade caiu e uma fenda se abriu no céu teológico, permitindo que o humano espiasse por entre as frestas. Desajeitado diante do desconhecido, escorregou na rachadura que rapidamente se alargava. Em meio a lágrimas, segurou as bordas do solo mítico e suplicou ajuda a Deus. Neste gesto, Adão estendeu sua mão em súplica, mas Deus, após segurá-la brevemente, optou por soltá-lo no infinito cósmico. Ao analisar "A Criação de Adão", pintura de Michelangelo, Paz (1993) percebeu que esta não retrata o toque entre o criador e a criatura, mas sim a queda, a ruptura e o adeus. E assim se inaugurou a aventura da modernidade.

No solo, o Adão moderno forjou sua própria religião: a ciência. Devotou sua fé à razão, e a utopia transformou-se no sonho de um futuro brilhante. Essa nova religião ergueu-se em oposição às gerações de pensamento mítico, afastando-se do mundo dos sentidos, do que é visto e cheirado. A ilusão residiria nas sensações, enquanto o real estaria nos exercícios físico-matemáticos, desvendadas pela abstração contrária aos sentidos. O medo desvaneceu. A modernidade gerou, em seu próprio útero, a crítica, tornando-se sua própria crítica. Como destacou Paz (1993), a tradição da ruptura foi inaugurada.

O secularizado europeu refutou o passado em prol do futuro, conferindo ao tempo uma dimensão histórica e linear. Os elementos sobrenaturais e as lendas, que antes habitavam bosques e o imaginário medieval europeu, foram confrontados pelo realismo, com a noite medieval recuando perante o iluminismo. O céu cósmico foi perfurado pela flecha da razão, e o ser humano, outrora acuado pelas crenças, deu lugar ao sujeito autônomo, livre e aparentemente destemido. Os mitos não mais habitavam nas palavras dos homens, mas nas páginas envelhecidas dos livros, tornando-se quase que fantasia infanto-juvenil. E, por fim, restou apenas um mito aceitável: o do progresso.

Os pintores renascentistas retratavam Deus à imagem e semelhança do humano. A técnica se tornou o Deus protético. Entendia-se que o desconhecido superava em muito o conhecido, e o mundo começou a ser batizado pelo discurso científico. Taxonomias, classes, grupos e conjuntos foram as ferramentas para ordenar o caos, trazendo à tona uma ordem cósmica e matemática oculta. Agora, o mundo profano poderia ser compreendido pela mente humana.

A ciência prometeica roubou o fogo dos mitos e entregou à humanidade. A quimera da liberdade iluminada fez com que homens, de olhos arregalados, sonhassem com um novo mundo. Fraternidade, Igualdade e Liberdade se tornaram os pilares, e o futuro se erguia como um jardim de justiça social. A queda da Bastilha foi celebrada. A humanidade, com seus olhos, alcançou as estrelas distantes e os organismos invisíveis. A ciência, materializada nas engenharias, química e astronomia, transformou o invisível em visível. A aspiração emancipatória desbravou continentes, criou cubos mágicos, represou água e domou eletricidade. Enfim, a utopia da emancipação humana se materializou, como Bacon pensou em "Nova Atlântida". O dedo humano tocou a máquina.

No entanto, a risada do lucro, o chicote eugenista da escravidão e os impérios coloniais evidenciaram que a ciência havia ultrapassado os limites de Prometeu, encarnando Fausto. Mefistófeles apostou com Deus e declarou: "O homem cai em desgraça quando deseja." Dr.

Fausto cedeu aos toques de Mefistófeles. O diabo da lenda germânica se transformou na capital do século XVIII, sussurrando sonhos de aventura, glória e riqueza.

Fausto, o pequeno burguês urbano, amante da ciência e das experiências alquímicas, faria qualquer coisa pelo lucro. Tornou-se adorador de si mesmo, perdendo a inocência e a possibilidade de amar Margarida. Cairia em desgraça. Em um estado de loucura, Fausto se isola no laboratório e deseja criar o homúnculo. "O homem cai em desgraça quando deseja." A vida, outra vista como um dom divino, passou a ser concebida a partir das fórmulas alquímicas. Berman (2007) aponta que Fausto deseja ocupar o lugar de Deus, mas, acima de tudo, sua jornada é uma epopeia trágica do desenvolvimento.

A modernidade não solucionou o enigma de nossa paternidade mítica. O progresso revestiu Adão com um manto rígido e de ferro, mas as dimensões ontológicas do ser continuaram a coexistir na zona caótica. A humanidade, descendente do Adão moderno, é um corpo imerso em emoções desenfreadas. Encontrava-se órfã do pai criador. A queda moderna nos lançou ao infinito cósmico do universo e de nós mesmos.

A epopeia do desenvolvimento fermenta grandes debates e narrativas na ciência. Do evolucionismo ao materialismo histórico-dialético, surge a questão da evolução natural versus uma revolução social. O caminho é o futuro, moldado pelas dores entre o antigo e o novo.

No contexto do capitalismo, as forças residuais e as emergentes se materializam. Marx mergulhou nas contradições geradas pelo capital. As fábulas do progresso não o iludiram; seus olhos enxergaram a dimensão concreta do mundo. Ele desenvolveu uma dialética materialista que se baseava na reprodução do trabalho vivo e morto, do trabalho alienado e da exploração da força humana em prol da mais-valia. Ele compreendeu que a materialização do desenvolvimento capitalista traz consigo uma forma de tragédia, a tragédia do desenvolvimento. Em Marx, o sujeito é sociológico, não sendo emancipado pelo avanço da técnica e do capital.

Marx percebe, como ninguém, que, na amálgama do desenvolvimento capitalista, a sociedade burguesa complexifica as dinâmicas do trabalho. A trajetória material e contraditória da história nos adverte que o mundo não é feito de coisas acabadas, mas de processos em constante evolução. E assim escreveu, Marx (2011, p. 405);

“Todavia, como aspiração incansável pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, que é tão universal em sua produção quanto em seu consumo, e cujo trabalho, em virtude disso, também não aparece mais como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade, na qual desapareceu a

necessidade natural em sua forma imediata, porque uma necessidade historicamente tomou lugar da necessidade natural.

Nos estudos da sociedade burguesa, Marx percorreu documentos e bibliografias que acompanharam a evolução da economia global. Esteve atento aos avanços da indústria e da comunicação. Para Neto (2011), a teoria social da sociedade burguesa, nas premissas da investigação, sustenta-se na produção e reprodução das condições materiais dos respectivos metabolismos sociais. O axioma materialista permite a distinção o que é da esfera do pensamento, conhecimento empreendido pelos sujeitos, da esfera da realidade objetiva e concreta.

O VÉU DO TEMPO E A NATUREZA

As aventuras da modernidade, ao longo da história, são marcadas pelas fragmentações. A dicotomia é o troféu levantado pela razão. Baumann (2011) reforça que as primeiras fragmentações foram dadas quando o homem rompeu sua relação holística com a natureza. Então, humanidade e natureza seriam paradoxos. A técnica foi a lança usada pelo humano no seu permanente parricídio mítico. Houve a necessidade de matar o tempo mítico, o nosso pai criador. Os profetas do mundo medieval (bruxos, magos e padres) foram substituídos pelos profetas da razão: matemáticos, físicos e engenheiros. Profetas sem presságios, mas munidos de técnica e de um desejo visceral de colocar ordem lógico-matemática no caos. A guerra foi declarada a tudo e a todos que não se assemelhavam, ou comungavam com o projeto da ciência e do progresso industrial.

Na Europa, os ciclos naturais de produção seriam gradativamente substituídos pela cronologia da técnica. O relógio timidamente entra nas casas, organiza a vida dos afazeres, o tempo sideral, mítico e cíclico passou a conviver com os ponteiros. A contagem do tempo nas populações agrícolas era da ordem das atividades domésticas, no metabolismo da procriação do gado. Na chegada do inverno ou no cantar dos pássaros da primavera. As sociedades rurais desprendiam-se do regime do tempo, a vida e a memória desdobravam em narrativas que avançavam nos rincões do passado das lendas.

Havia uma geografia vernacular em que os signos de orientação espacial e temporal repousavam nas narrativas e toponímias dos lugares. O mundo oral constituía a tessitura simbólica que ligava os sujeitos ao mundo. O tempo estava e passava nas bocas que narravam as lendas. A natureza impelia suas forças no imaginário social dos camponeses, era tempo de

medo. Desde a Idade Média, a floresta amedrontava os habitantes medievos e adubava o imaginário fantasmagórico dos camponeses.

A floresta (em inglês *forest* e em francês *fôret*) tem o radical filológico no *foreigner* (estrangeiro), ou seja, os verdes labirintos turvos correspondem a uma natureza revés ao domínio técnico-religioso do camponês. A floresta é o lugar do caótico universo que está fora dos domínios sacros do catolicismo. Tuan (2005) escreve que a floresta era mistura de medo e estima no imaginário medieval. Os animais do mato amedrontavam e alimentavam as populações camponesas europeias. Ainda em Tuan (2005, p.129) “A floresta é um labirinto através do qual se arriscam os caminhantes. Eles podem literalmente perder-se, também significa desorientação moral e conduta desordenada. A floresta está cheia de bandidos, animais selvagens, ladrões, bruxas e demônios”.

O relógio é a contagem precisa e abstrata do tempo. Vazio da memória cosmogônica, os ponteiros faziam uma marcha precisa da técnica. Ele participa da mobília doméstica, coroa as igrejas com seus ponteiros, a passagem do tempo é contada no badalar dos sinos. O ritmo do tempo transferiu-se da dinâmica metabólica dos afazeres e do ritmo dos corpos para o controle do tempo pelo relógio e pela velocidade das máquinas. Thompson (1998, p.279), ao estudar as sociedades da Inglaterra no período da industrialização, destaca as mudanças na disciplina do tempo e a presença do relógio, “O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgente dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço. Um relógio não era apenas útil; era prestígio”

No romance francês do século XIX, *Os Miseráveis*, Victor Hugo, emerge à guisa da dicotomia moderna, cria duas dimensões subjetivas quase opostas na natureza. Jean Valjean havia tentado fugir da prisão várias vezes, maltrapilho, embrutecido e faminto embrenhava-se no mato. Aquele miserável, com gestos sem etiquetas, encontrou no caos da floresta o perfeito esconderijo. Ambiente e homem indissociáveis estavam à margem de um projeto de razão civilizatória. A névoa de outono roubara a nitidez dos contornos que identificavam humano e floresta.

Com a sucessão devida dos eventos, Jean Valjean reaparece no outro extremo da França, enriquece como empresário, toma para si gestos e roupas finas, torna-se prefeito, elementos claros de civilidade burguesa. Quando reaparece tem no seu terno um relógio de bolso. Conta o tempo no ritmo da produção. Porém sua conduta desperta desconfianças no chefe da polícia Javert. A trama de perseguição e fuga, o passado queria descortinar o presente. Na

incessante fuga, o herói enclausura-se no convento de Petit-Picpu. Ali, Jean Valjean assume a condição de jardineiro que esquadrihava canteiros retangulares. A natureza civilizada, tão cortejada pela modernidade, é que está disposta a aceitar que o jardineiro sempre será maior que a roseira.

No filme “O senhor dos anéis: a sociedade do anel”, o blockbuster adaptado do romance de alta fantasia do escritor britânico Tolkien e dirigido por Peter Robert Jackson, a disputa pelo anel é marcada pelas batalhas entre os seres da floresta (elfos, anões, Ents e Hobbits) e humanos contra os Orcs, todo o enredo aponta-se numa mitologia nórdica e germânica. Numa perspectiva de observador, a verdadeira guerra que emerge é entre mundo mítico medieval e o nascimento do capitalismo.

A narrativa é feita pelos seres míticos e como viam com espanto a expansão das forças do mal. Forças que podemos identificar na indústria, no filme, a natureza sagrada tornava-se recurso de matérias-primas. Os Orcs, sem poderes mágicos, mas com geringonças, punham as florestas no chão. Comandados por Sauron, eram literalmente paridos nas minas da cidade de Tirth. Ali, nasciam adultos, disciplinados, trabalhavam dia e noite, a pele cinza e aleijada dava indícios das condições de trabalho.

No romance realista do Victor Hugo, do século XIX, e no filme hollywoodiano, do início do século XXI, o tempo da técnica imprime seus ritmos sobre as forças naturais. A biotecnologia, as revoluções médicas, como o mapeamento do genoma e a produção da vida transgênica, e a destruição em massa com bombas atômicas nos havia nos dado a sensação de sermos Deus. Os milagres e as tragédias da técnica pesam sobre os ombros. Ao coroar-se de Deus, o humano fez-se Sisífo. Está só. E a cada tentativa de empurrar uma tragédia para o cume da montanha, outras tantas rolarão.

OS TERRITÓRIOS E AS IDENTIDADES: A LEGITIMAÇÃO E A RESISTÊNCIA.

O desenvolvimento, enquanto epopeia trágica, materializa-se na corporeidade dos territórios. O processo de materialização do capital ancora nas ações do Estado. Este organismo político é, sobretudo, um agente que organiza, planeja e instrumentaliza os territórios aos desejos do capitalismo. Propagandeia as metáforas do desenvolvimento e progresso. Os estados são agentes disciplinadores das elites econômicas. O imperialismo, no século XIX, tem sua face moldada nas ações estratégicas do estado e capitalismo. O gene colonizador opera sobre os territórios, existe um certo frenesi universalista que deseja a incorporação dos territórios

ultramarinos aos intentos europeus. Mézáros (2003, p. 17) rechaça a tese universalista do capital:

Evidentemente, portanto, o sistema capitalista, em todas as suas formas concebíveis ou historicamente conhecidas, é totalmente incompatível com as suas projeções- ainda que distorcidas e estropiadas- de universalidade globalizante. E é enormemente mais incompatível com a única realização significativa da universalidade viável, capaz de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais livremente associados, baseados em suas aspirações conscientemente perseguidas. A potencialidade da tendência universalizante do capital, por sua vez, se transforma na realidade da alienação desumanizante e na reificação.

As interconexões complexas entre o capitalismo e o Estado reverberaram na formação dos territórios. É o conteúdo tangível e simbólico que impulsiona os discursos de nação e nacionalismo. A noção de "território" abarca as relações de poder, as tensões e como essas dinâmicas se manifestam e permeiam os domínios sociais, culturais e psicológicos. O capital expropria os indivíduos, reorienta as forças arcaicas em detrimento do excedente. A modernidade, ancorada na razão instrumental, fragmentou os territórios e desintegrou as construções sociais existentes.

A concepção do espaço passou por uma evolução ao longo do tempo, inicialmente seguindo uma visão newtoniana e mais tarde adotando uma abordagem historicista. Inicialmente, o espaço foi pensado de forma abstrata, estática e simbólica, sendo visto como um obstáculo ao desenvolvimento. Haesbaert (2009, p.100) destaca essa mudança, afirmando que o espaço era concebido de maneira simplificada como algo fixo, imóvel e associado ao conservadorismo, sendo visto como uma entrada ao progresso e à evolução histórica.

As escalas de poder podem se manifestar de forma dominante ou percorrer redes marginais. O território é o resultado da interação dialética entre o homem, a natureza e a técnica, possuindo um material base. Hoje em dia, as discussões em torno dessa categoria incorporam novos elementos, como aspectos simbólicos, culturais, representativos, narrativos e corporais.

Para compreender a dicotomia abordada neste texto, é fundamental lembrar as palavras de Raffestin (1993, p.144), que descreve o território como um espaço onde ocorre um trabalho, seja de energia ou informação, revelando as relações moldadas pelo poder. O espaço é visto como uma "prisão original", enquanto o território é uma prisão construída pelas pessoas para si mesmas. Os territórios nacionais surgem da densificação de um ambiente técnico e da elaboração de discursos, refletindo não apenas discursos políticos, mas também psicológicos.

Eles são específicos de uma rede complexa, material e imaterial, que fortalece os valores de trabalho, ordem e patriotismo.

As diversas redes de poder moldam a vida e os movimentos nos territórios, desde as leis de jurisdição até as influências do capitalismo na indústria. Antigamente, o território era frequentemente visto como a expressão do Estado, associada ao poder centralizado e aos sentimentos nacionalistas e patrióticos. No entanto, as abordagens semânticas a partir do meio do século XX trouxeram uma perspectiva relacional, discursiva e transitória para os territórios. Nessa convergência conceitual, Raffestin (1993, p.152) observa que os territórios são gerados por agentes sintagmáticos que vão desde o Estado até o indivíduo, passando por todas as organizações. As micro-relações específicas escalam que marcam diversas estruturas territoriais, estabelecendo um ciclo de influência entre o sujeito e o Estado.

Com base nas ideias apresentadas acima, argumentamos que o Estado desempenha um papel central na construção da nação, contrariando a opinião oposta. Os discursos políticos do século XIX, aliados à consolidação de uma infraestrutura técnica, desempenharam um papel fundamental na promoção de sentimentos nacionalistas. A criação de uma narrativa nacional vitoriosa e a construção de monumentos-símbolos em todo o território fortaleceram o senso de pertencimento e coletividade, semelhante ao imperialismo.

As narrativas nacionais utilizam essas estruturas para cultivar o sentimento de pertencimento nacional nos indivíduos. Em contextos de Estados-nações imperiais ou ditatoriais, elementos como o nacionalismo e o fortalecimento das fronteiras desempenham um papel crucial. As fronteiras não apenas delimitam as ações e a organização política dos Estados, mas também criam sentimentos de inclusão e exclusão, de dentro e de fora, do novo e do velho. As fronteiras foram e continuam sendo recursos importantes para a consolidação das nações na era moderna. Os Estados imperiais apresentam-se como ambivalências da modernidade, promovendo o progresso, mas também reforçando valores tradicionais.

Os ideais cosmopolitas muitas vezes se chocam com as barreiras do nacionalismo. O movimento estético, filosófico e político do romantismo surge como uma crítica à própria modernidade, reflete uma dialética persistente que perpetua o retorno ao passado. A sedimentação acompanha os Estados-nações que surgem da tensão entre o progresso e a tradição. As identidades nacionais são construções artificiais destinadas a fortalecer o senso de coesão dentro das fronteiras, ao mesmo tempo em que excluem aqueles que estão fora delas. Gomes (2005, p.39) destaca que a identidade é frequentemente usada como uma tática para

importar poder, enquanto Cruz (2007, p.18) nos convida a entender as diferenças, afirmando que a identidade é uma categorização

Assim, podemos identificar a emergência de duas formas de identidade: a legitimadora e a de resistência. A primeira está enraizada nas práticas hegemônicas dos Estados-nação. A segunda surge da resistência de grupos subalternos ao processo de urbanização e industrialização. Nesse contexto, Castells (1999, p.24) observa que "a identidade legitimadora dá origem à sociedade civil, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais garantidores e organizados [...] que perpetuam a identidade que eles racionalizam". As identidades, no século XIX, nos projetos políticos dos estados imperiais, elaboram o que Hall (1997) chama de "sujeito sociológico". A identidade seria uma categoria de trânsito entre o "eu" e o coletivo. Uma perspectiva que rompe com a expectativa do sujeito como centro das ações. Essa complexidade, para Hall (1997) é resultado das múltiplas relações que emaranhavam entre os sujeitos e a sociedade civil. A potência universal do ser humano dialogava e submetia-se aos aparatos sociais fortalecidos pelos estados.

Oliveira e Carvalho (2021) publicaram um artigo que tenta estabelecer a importância da legitimação legal dos territórios, sendo, portanto, o agente fundante para a defesa das resistências de povos subalternizados e que estão em situação de vulnerabilidade. Territórios bloqueados, o conceito tecido por estes dois pesquisadores, ressalta a importância dos dispositivos legais dos Estado para o bloqueio da ação indiscriminada da produção e reprodução do capital das commodities agrícolas, nas áreas de fronteira agrícola. A regulamentação legal seria responsável pela defesa das identidades dos povos quilombolas e indígenas. Oliveira e Carvalho (2021, p.40) compreendem que:

A delimitação de territórios para reservas indígenas, unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, territórios quilombolas, assentamentos de reforma agrária por meio de marcos regulatórios que vão da Constituição Federal de 1988 aos Decretos e Legislações anteriores e posteriores a esta carta magna, se constituem como um marco regulatório que impede o avanço indiscriminado do capital para estas frações do território nacional. Em outras palavras, há a delimitação de territórios bloqueados ao processo de acumulação ampliada do capital, que se constitui como um "estorvo" aos interesses das corporações de commodities nacionais ou estrangeiras.

Este conceito define que as identidades de resistência estão sob a tutela legal do Estado. Não traça um estrito antagonismo entre identidades de resistências e as identidades legitimadoras, mas entende que o Estado é o agente coordenador e planejador das tensões sobre os territórios. O trânsito conceitual permite entender que as comunidades originárias, tradicionais e ancestrais não permeiam uma resistência territorial, mas uma tutela jurídico-legal.

Ou seja, os autores intencionam uma defesa ao efeito político e entendem que as ações de resistência surgem no útero territorial do Estado-Nação.

O QUE SOBROU DOS NOSSOS AMORES? O PÓS-DESENVOLVIMENTO E O BEM VIVER

Imaginem um país sem amarras da tradição e do peso aristocrata. Gramisci (2007) não só imaginou, também refletiu sobre a nação que nasceu sob o julgo do progresso: Estados Unidos. O país que batizou cidades e estados com o adjetivo de Novo. Este é o território profícuo para a maior ideologia desenvolvimentista industrial, o chamado Fordismo. E Assim Gramisci (2007, p. 265) compreende a racionalização dos corpos quando lê Leão Davidovi:

Seu conteúdo essencial, deste ponto de vista, consistia na vontade demasiadamente resoluto de dar supremacia, na vida nacional, à indústria e aos métodos industriais, de acelerar, com meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem de produção, de adequar os costumes às necessidades de trabalho

A culminação técnica da era da razão industrial adquire forma concreta na sociedade norte-americana no rescaldo das Guerras Mundiais. Corpos se entregam ao trabalho, ao consumo e à sublimação de matiz puritano. Livres das amarras histórico-culturais, os Estados Unidos abraçam a máquina, a indústria e a racionalização produtiva do tempo, com o crescimento erigido como coordenado primordial da sociedade civil, gerando assim a carnalização de uma simbiose entre homem e máquina.

Os Estados Unidos é constituição territorial das ideias de progresso, desenvolvimento e consumo. Consoante as observações de Amaro (2017), o conceito de desenvolvimento adquire uma conotação inerentemente produtivista e quantitativista. Esse paradigma convencional de desenvolvimento encontra-se intrincadamente ligado à recente independência das colônias europeias, onde essas nações em ascensão eram designadas como "subdesenvolvidas", nutrindo a aspiração de trilhar os trilhos do progresso e adotar aquilo que então se concebia como "civilização". O conceito de desenvolvimento estava firmemente enraizado em cinco características predominantes e formas de dominação: economicismo, etnocentrismo, antropocentrismo, androcentrismo e uniformismo.

Este conceito de desenvolvimento foi considerado o alicerce fundamental para a reconstrução e a revitalização do progresso, sendo percebido como um objetivo a ser alcançado,

um caminho a ser percorrido e um ideal almejado por diversas nações. Uma dualidade manifesta delineou-se entre as nações já desenvolvidas e aquelas em fase de desenvolvimento.

Em 1992, surgiu a perspectiva do "pós-desenvolvimento", marcando o início de uma nova era caracterizada pela liberação das influências e interessando-se pelas geoestratégias da natureza capitalista. Este conceito englobava três abordagens distintas: inicialmente, baseava-se nas experiências de industrialização e crescimento econômico; em seguida, foi moldado pelos valores culturais e pelas ambições geoestratégicas do Norte e do Ocidente; por fim, foi fundamentado em uma lógica impregnada de desigualdade e dominação de gênero.

A mudança de abordagem para se referir a "conceitos alternativos ao desenvolvimento" ganha um novo contexto ao apoiar nas experiências e valores provenientes das populações e comunidades do "Sul global". É notável que tenha sido precisamente "a partir do Sul", por meio das vivências profundamente enraizadas das comunidades indígenas dos Andes, que alguns desses autores começaram a desenvolver e consolidar as ideias de "Bom Viver" e "Boa Vida". Nesse contexto, Bórquez e Núñez (2014, p. 185) citam o exemplo do México como uma afirmação da existência de povos que rejeitaram o projeto hegemônico de desenvolvimento capitalista:

El Buen Vivir en México es parte de la vida de los pueblos originarios, de una "vida pasada", fundada en una memoria colectiva presente. Sin embargo, producto de los más de quinientos años de dominio y sometimiento colonial y capitalista, ese vivir, sustentado en una lógica y racionalidad diferente a la de occidente, emergente de otras matrices civilizatorias, ha sido trastocado. No obstante, a partir de una permanente confrontación y lucha de clases, los pueblos "insisten" en defender sus cosmovisiones y cosmovivencias como parte de ese otro vivir que implica el bien para todos, incluidos hombres, mujeres, plantas, ani- males, tierra, agua, viento, montañas, muertos, sol, luna, entre muchos otros.

Em sua essência, essas expressões denotam o significado de "viver bem", em simbiose com a Natureza e com os congêneres que nos circundam (em comunidade), almejando o suficiente para satisfazer as necessidades primordiais, de modo a viver e perecer com dignidade. O conceito de viver bem adquire um peso ainda mais substancial ao ser incorporado nas constituições do Equador e da Bolívia. Este é, com efeito, o conceito ("Buen Vivir") mais citado pelos expoentes da corrente do "pós-desenvolvimento" como alternativa ao paradigma desenvolvimentista convencional.

Um exemplo eloquente é a palavra "nofay", originária da língua wolof (a língua autóctone mais difundida no Senegal), que denota "bem-estar" ou a equivalência senegalesa ao conceito andino de "buen vivir". Este ressalta que o "viver bem" possui igualmente aspectos

culturais, psicológicos e morais, ressoando particularmente com a dinâmica do sul global e político, irradiando a partir de um ponto central de significância, que é a África.

A totalidade dos outros conceitos críticos pela vertente do pós-desenvolvimento traz consigo elementos que, de fato, não emanam do sul global, mas são carregados de nuances do sul do norte, representando tentativas do primeiro mundo de projetar uma imagem ou resolver um dilema por meio de uma coautoria na narrativa histórica. Contudo, a escrita dessa história deve ser configurada pelo sul global. A noção de desenvolvimento sustentável, enquanto atrelada ao capitalismo, permanece destituída de sustentabilidade.

Emerge a necessidade, o interesse e a utilidade de cotejar e entabular um diálogo entre os conceitos de "desenvolvimento alternativo" e as proposições, visando a um enriquecimento mútuo nos domínios teórico-conceituais, metodológicos, práticos e culturais. Uma exemplificação das vantagens e das garantias desse diálogo pode ser delineada por inter-relações e proximidade entre os conceitos de desenvolvimento local ou comunitário e o *buen vivir*.

Na prateleira dos discursos, o passado é o território semântico que abastece a constituição das identidades legitimadoras e de resistência. O parricídio mítico não enterrou o passado como constituidor de símbolos e signos. A utopia transvestiu-se de fantasmagorias e vice-versa. O bem viver e pós-desenvolvimento transitam na semântica do retorno e do regresso. Reafirmam o fracasso do desenvolvimento, acertam. Recrudescem críticas aos avanços de uma sociedade ancorada no iluminismo, erram. Não há retorno, Adão, expulso do jardim, não voltará ao Éden antes da mordida da maçã. As posições intelectuais e políticas, que emergem contra o dito projeto hegemônico da modernidade, são exclusivamente os frutos da própria modernidade.

O bem-viver e o pós-desenvolvimento substituem o progresso pelo regresso. Foi a modernidade que inaugurou a liberdade da crítica. O que há no mundo é uma confluência tensa, dialética entre o arcaico e o novo. A revitalização de certas narrativas manifesta-se em vários momentos da nossa tragédia do desenvolvimento. O mundo concreto enxerta-se de alegorias marcadas por múltiplos signos discursivos. O tempo, a natureza, a metrópole, a indústria, o desenvolvimento e as identidades são alguns destes elementos que orientam nossas cosmovisões de mundo.

CONCLUSÃO

A história do capitalismo ancora-se em diversas alegorias do desenvolvimento. A modernidade tange a tensão entre o progresso e a tragédia. A utopia universalista iluminista transformada nos desejos imperialistas e nacionalistas europeus. O progresso e a invenção das tradições, como agentes ideológicos de colonização, são as situações que corporificam o capital. Na esfera do cotidiano, os corpos subjugados aos ritmos máqunicos de produção. A alienação do trabalho, a natureza reduzida à condição de matéria-prima e tempo cíclico esvaziado pelo domínio da técnica. Estes exemplos resumem a tragédia do desenvolvimento que foi e é o capitalismo.

A tradição-progresso; o passado-futuro e identidades legitimadoras-identidades de resistência não são oposições binárias e elementares, mas uma complexa rede semântica que corroboram para uma compreensão rizomática das tensões que surgiram ao longo do processo capitalista. As críticas ao que definimos de projeto de desenvolvimento hegemônico, não são posições externas à modernidade, mas o seu próprio fruto proibido.

Os racionalistas apaixonaram-se pela utopia do futuro emancipador. Os românticos quiseram se livrar do motor da história voltando-se para a natureza e o tempo mítico das lendas. Todos os dois movimentos nasceram do mesmo útero. E foram cooptados para construção dos nacionalismos europeus.

As correntes políticas de direita ancoram-se nos valores da tradição, a força conservadora do passado. A esquerda contemporânea aglutina à sua militância os conceitos de ancestralidade e povos originários. A direita, claramente, funde-se ao discurso legitimador das identidades e aos projetos colonizadores hegemônicos. As tendências progressistas da esquerda transitam entre os valores de cidadania iluminista e a ancestralidade dos povos originários.

A ancestralidade e o identitarismo tornam-se instrumentos da esquerda. É sobretudo uma pauta territorial. Arregimentam que estas tendências são (re)existência ao projeto hegemônico do desenvolvimento capitalista, dito eurocêntrico. O slogan é: o futuro é ancestral. O progresso não está substancialmente nas utopias iluministas ancoradas no indivíduo, mas essencialmente no passado mítico, constituidor e originário das comunidades. Parece que há um entendimento que estas narrativas sejam exímios movimentos de resistência à modernidade

REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! In: **Cadernos de Estudos Africanos** 34. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL): Lisboa, 2017, p. 75-111.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução Ana Maria L. Ioriatti e Carlos Felipe Moisés. 2ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BÓRQUEZ, Luciano Concheiro e NÚÑEZ, Violeta. **El “Buen Vivir” En México**: ¿fundamento para una perspectiva revolucionaria? In: En Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, UNAM. p. 185-204. Recuperado de: <https://ru.ceiich.unam.mx/handle/123456789/3105>

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAEVALHO, Jéssyca Tomaz de & Oliveira, Adriano Rodrigues de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. In: **REVISTA NERA**. Presidente Prudente v. 24, n. 58, 2021, p. 28-55.

CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A. et. al. (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 13-35.

GOMES, Paulo César da Costa. Sobre Territórios, Escalas e Responsabilidade In: HEIDRICH, A. L. et.al. (Orgs.). **A Emergência da Multiterritorialidade**: A ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 37-44.

GRAMISCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere**. Volume 4: Temas de Cultura, Ação Católica, Fordismo e Americanismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sergio Henrique. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALL. Stuart. **A identidade Cultural na Pós- Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Lobo. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HASBAERT, Rogério. Dilema de Conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95 – 120.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mário Duayer e Nélio Sheneider. São Paulo; Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, Istvan. **Socialismo ou Barbárie?** Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

NETO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo; Expressão Popular, 2011.

PAZ, Octavio. **A outra voz**. Trad. Wladir Dupnt. São Paulo: Siciliano, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Trad. Rosaura Eichenberg. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOBRE OS AUTORES

RODRIGO EMÍDIO SILVA

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2007), especialização em Métodos e técnicas de ensino pela Universidade Saldado de Oliveira (2010) e mestrado em Geografia Humana pela Universidade Federal de Goiás (2022). Atualmente é professor da Secretaria municipal de Educação, professor da Secretaria Estadual de Educação, da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Estadual de Goiás e Revisor de periódico da Revista Geografia Literatura e Arte da Faculdade de Filosofia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atuando principalmente nos seguintes temas :Cinema, Olhar, Paisagem, Cidade.

UBIRAJARA PEREIRA SILVA

Possui graduação em Abi - Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1996), especialização em Projeto Sócio-ambientais e Culturais pela Universidade Federal de Goiás (2009) e curso técnico profissionalizante em Técnico em Segurança do Trabalho pelo Colégio Sena Aires (2002). Atualmente é Técnico em Educação (vigilante) da Universidade Federal de Goiás e Consultor de Segurança da Retaguarda Sistemas de Segurança. Tem experiência na área de Geografia.

VALDIR SPECIAN

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, Especialização e Mestrado pela Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP e Doutorado pela Universidade Federal de Jataí. É professor da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá. Coordena o Laboratório de Estudos do Ambiente e do Território – LEAT/Geografia/UEG. É membro do Grupo de Pesquisa Espaço, Sujeito e Existência – IESA/UFG.